

AO JUÍZO DA VARA DE FAMÍLIA, ÓRFÃOS E SUCESSÕES DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXXX.

**Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portadora da carteira de identidade nº XXXXXX XXX/XX e CPF XXXXXX, **representada pelo seu curador Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da carteira de identidade nº XXXXXX e do CPF XXXXXXXXX, telefone (XX) XXXXX, (XX) XXXXXX, conforme sentença judicial em anexo, **residente e domiciliada** na XXXXXXXXXXXX, vem, por intermédio da **DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL**, Núcleo de XXXXX, com fundamento na legislação vigente, requerer a expedição de

### **ALVARÁ JUDICIAL**

para que seja autorizada a venda da parte do imóvel pertencente a Sra. **Fulano de tal**, interditada por intermédio da decisão exarada nos autos do processo nº XXXXXXXXXX, na qual o Sr. **Fulano de tal** foi declarado o seu curador judicial, pelas razões de fato e de direito a seguir expendidas.

### **DOS FATOS E DO DIREITO**

A Requerente juntamente com seus filhos **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da carteira de identidade nº XXXXXX e do CPF XXXX, **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, portador da carteira de identidade nº XXXXXX e do CPF XXXXXX, e **Fulano de tal**, nacionalidade, estado civil, profissão, Carteira de identidade XXXXXXXX XXX/XX e CPF nº XXXXXXXX, telefone nº (XX) XXXXXX, (XX) XXXXX, adquiriram em conjunto a chácara **localizada no XXXXXXXXXXXXX**, em XX de XXXXX de XXXX, ficando acordado que cada um dos requerentes seria proprietário de XX% do imóvel.

Nesse sentido, o imóvel foi dividido da seguinte forma: 1) X % para **Fulano de tal**; 2) X% para **Fulano de tal**; 3) X% para **Fulano de tal**; 4) X% para **Fulano de tal**, conforme certidão de ônus anexada.

Cabe destacar que o Sr. **Fulano de tal** não é capaz de praticar os atos da vida civil – autos da interdição: XXXXXXXX- sendo que o filho da interditada, o Sr.**Fulano de tal**, foi nomeado curador da mesma, conforme documentos anexados.

Nesse sentido, os filhos da Requerentes tem uma enorme necessidade em proceder a venda do imóvel supracitado, **de forma que com o dinheiro desta venda, possam comprar outro imóvel sito XXXXXXXX**, imóvel este devidamente escriturado no RGI.

Com relação aos benefícios para a Requerente na aquisição do imóvel supracitado, informa-se que a mesma atualmente mora de aluguel juntamente com seu filho e curador, contudo a casa é pequena e não tem um quarto só para si, dorme na sala. Além, disso insta informar que o imóvel a ser vendido situa-se em XXXX em XXXXXXXX e a casa a ser adquirida situa-se na XXXXXXXX, próximo a hospitais, clinicas e perto de familiares, o que muito beneficiara a interditada com conforto e segurança.

**Cabe ressaltar que a chácara na qual a Requerente detém o percentual de XX%, foi avaliada em R\$ XXXXX (XXXXXXXX), conforme Termo de Avaliação de Imóvel Urbano, feito por corretores em anexo.**

Desta forma, pode-se perceber que com a venda do imóvel no qual a Requerente detém o percentual de X% será adquirido um outro imóvel, onde também será mantido o mesmo percentual de X% a seu favor, ou seja, não haverá prejuízos para a mesma.

Ademais, estará se procedendo a venda de um imóvel que não detém registro no RGI, havendo somente direitos de posse sobre o mesmo, para se passar a ter direitos de propriedade sobre um imóvel situado em Sobradinho, devidamente escriturado no RGI, ou seja, a segurança para a Requerente será em grau mais elevado, sem contar que os gastos com manutenção de uma propriedade rural são bem maiores do que para um imóvel urbano.

Por fim, em relação ao imóvel a ser adquirido em XXXX pela Requerente e seus filhos, esse imóvel será utilizado para moradia.

Cabe ressaltar ainda, que o filho Fulano de tal renuncia à sua quota em benefício de Fulano de tal e o outro filho Fulano de tal outorgou procuração a favor do Fulano de tal dando plenos poderes para tratar de todos os assuntos referentes ao imóvel situado em XXXXXX, inclusive, podendo vender/doar/ceder sua parte a quem o Requerente Fulano de tal convier, **com isenção da prestação de contas, sendo que desta forma, no novo imóvel o Requerente Fulano de tal ficará com a parte que caberia aos irmãos Fulano de tal e Fulano de tal.**

Assim, plenamente possível o deferimento do presente feito, eis que alicerçado em diversos diplomas legais, em especial pelo fato de que os interesses da Requerente incapaz (Sr.<sup>a</sup> Fulana de tal) estará plenamente assegurada, em especial, pelo fato de que **a mesma passará a ter um percentual de X% do novo imóvel,** o mesmo percentual do antigo imóvel, sendo que o novo imóvel é escriturado junto ao RGI.

## **DOS PEDIDOS**

**1. Ante o exposto, requerem:**

**a)** Sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;

**b)** a intervenção do Ministério Público;

**c)** seja julgado procedente o pedido, expedindo-se o pertinente **ALVARÁ JUDICIAL DE AUTORIZAÇÃO DE VENDA** da parte que cabe a Requerente no imóvel situado XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, cujo valor deverá ser aplicado na aquisição do XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, onde a Requerente permanecerá/ficará com uma cota-parte de X%, devendo também ser expedido **ALVARÁ JUDICIAL DE AUTORIZAÇÃO DE COMPRA para lavratura de Escritura de Compra por parte da Requerente do percentual de X % do referido imóvel, e posterior, averbação no RGI de XXXX;**

Requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, em especial, pela prova documental.

Dá-se à causa o valor de R\$ XXXXXXXX (XXXXXXX).

Nesses termos, Pede deferimento.

XXXXXXXX,      XX/XX/XX    XX:XX:XX

**Fulano de tal**

representada por seu Curado **Fulano de tal**

***Fulano de tal***

*Advogada Colaboradora OAB/XX XXX*

***Fulano de tal***

*Defensor Público*